

Escola já sabe como reajustar

A Federação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (Fenen), que representa 35 mil escolas particulares de todo o País, divulgou nota ontem às instituições de ensino com recomendações para a cobrança das mensalidades escolares. Segundo a Fenen, as escolas devem corrigir os preços de novembro e dezembro pela URP; e a partir de janeiro, aplicar o índice correspondente à divisão do IPC acumulado pela URP acumulada desde a data-base dos professores.

Nos meses seguintes a Federação recomenda aplicar o IPC do mês anterior para a correção das mensalidades. No mês da data-base, a Fenen propõe às escolas fazerem os cálculos usando as planilhas de custos, com base no que estabelece o artigo 1º do Decreto 95.921, de 14 de abril de 1988.

O artigo determina que o valor das taxas e demais encargos escolares "será estabelecido pelas respectivas instituições mantendo-as, observada a compatibilização dos preços com os custos e com a remuneração do capital aplicado. O diretor executivo da Fenen, Basile Demêtre, esclareceu que a Federação considera ilegal a cobrança de taxas de matrículas. Segundo ele, as escolas podem cobrar um adiantamento, que deve ser abatido do valor da mensalidade de janeiro.

Até o final da semana a Fenen deverá divulgar uma nova fórmula para a cobrança das mensalidades, informou Demêtre. "Estamos organizando uma maneira para as escolas calcularem seus preços, levando em conta os custos do estabelecimento e uma margem de lucro de dez por cento".

Ao contrário da Fenen e da Federação das Associações de Pais de Alunos (Fenapa) que já se movimentam para encontrar uma solução para a questão das mensalidades de 89, o Ministério da Educação permanece mudo quanto ao problema. Ontem no MEC ninguém quis falar sobre o assunto. O presidente da Fenapa, Luis Cassimiro, reclamou que vem tentando falar com o ministro Hugo Napoleão há três semanas, sem resultado. Cassimiro pretende agora tentar uma audiência acompanhado de uma comissão de parlamentares.

O presidente da Fenapa ressaltou que vem recebendo centenas de telefonemas de pais reclamando de abusos na cobrança das mensalidades. "Muitos reclamam contra escolas que estão obrigando os responsáveis pelos alunos a assinarem acordos, determinando o valor das mensalidades para o próximo ano, o que é uma atitude ilegal".

No Rio as mensalidades aumentaram mais do que a inflação, a valorização do dólar e o salários dos professores de dezembro de 87 até este mês. Informam pais de estudantes de alunos da quinta a oitava séries.